



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E EXTENSÃO
MBA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

PECCA

HALINA LAIZA KUBASKI MOLINOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇO E RENDA NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

CURITIBA

2013



HALINA LAIZA KUBASKI MOLINOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇO E RENDA NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão do Agronegócio no curso de Pós-Graduação em MBA em Gestão Agronegócio do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Martins

CURITIBA

2013

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante, mesmo nas longas horas de ausência em que se fez necessário para que este trabalho fosse realizado.

Dedico

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força, coragem e sabedoria;

Aos familiares pelo incentivo e compreensão;

Aos colegas de curso, pelo apoio e solidariedade, pela troca produtiva de experiências e saberes;

Aos professores, que foram verdadeiramente Mestres no ensino, promovendo a aprendizagem significativa;

Aos tutores pela clareza e transparência demonstrada durante todo o desenvolvimento deste curso.

Ao orientador Prof. Gilson pelo apoio e incentivo necessário no sábio direcionamento e precisa orientação.

Ao banco do Brasil, pela oportunidade de crescimento e qualificação profissional.

O Cio da Terra

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel,
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
De fecundar o chão.*

(Milton Nascimento)

RESUMO

A pesquisa desenvolvida neste trabalho aborda a compreensão da agricultura familiar enquanto agente de crescimento econômico. A linha de pesquisa busca analisar as Políticas Públicas de crescimento e Renda na Agricultura Familiar, numa dinâmica de estudo que se aprofunda em questões relacionadas a ocupação e utilização da terra pelo pequeno agricultor, bem como suas relações de trabalho e produção. A justificativa para tal se baseia no propósito de que a agricultura familiar vem se desenvolvendo como um importante fator de fixação e retorno do homem ao campo, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida destes que trabalham no cultivo da terra e na agropecuária de pequeno porte, em pequenas propriedades rurais. A metodologia utilizada decorre do método qualitativo, embasado pela pesquisa bibliográfica descritiva tendo como conceito dedutivo sobre a linha pesquisada, ao passo que a pesquisa realizada em campo enriqueceu a mesma, pelas possibilidades de interpretação clara a objetivos das políticas agrícola. Sendo que as considerações finais colocam que o resultado do trabalho deu-se pela expansão do conhecimento teórico aliado a constatação em campo do desenvolvimento prático.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pronaf¹; Pequeno produtor rural; Penae².

ABSTRACT

Public policies and income support for the price family agriculture

The research developed in this study addresses the understanding of family agriculture an agent of economic growth. The line of research seeks to analyze public policies and Income Growth in Family Agriculture in a dynamic study that delves into issues related to occupation and use of land by small farmers and their labor relations and production. The justification for this is based on the purpose of that family agriculture is developing as an important factor in setting and return of man to the field, which contributes significantly to improving the quality of life of those who farm the land and agriculture small, in small farms. The methodology stems from the qualitative method , grounded by descriptive literature as having deductive concept on the line surveyed , while research in the same field enriched by the possibility of interpreting the clear objective of agricultural policies . Since the final considerations put the result of the work was due to the expansion of theoretical knowledge coupled with the finding in the field of practical development.

Keywords: Family agriculture; Pronaf; Small farmer; Penae.

¹ Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar

² Programa Nacional de Alimentação Escolar

LISTA DE SIGLAS

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
CNDS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Consagro: Conselho do Agronegócio
DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCR: Manual do Crédito Rural
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA: Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar
PGPAF: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM: Programa de Garantia de Preço Mínimo
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROJOVEM: Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf: Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar
Seaf: Seguro da Agricultura Familiar
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
VBP: valor bruto da produção

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 2 | CAPÍTULO I - POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA O AGRONEGÓCIO | 10 |
| 2.1 | POLÍTICAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA..... | 10 |
| 2.2 | OS FUNDOS DE FINANCIAMENTO RURAL | 11 |
| 3 | CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR | 14 |
| 3.1 | AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO E CONTEXTO | 14 |
| 3.2 | LINHAS DE CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR | 16 |
| 3.3 | A POLÍTICA DE PREÇO: GARANTIA DE RENDA MÍNIMA | 19 |
| 3.4 | PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – 2013/2014 | 20 |
| 3.5 | A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ | 21 |
| 4 | CAPÍTULO III – AGRICULTURA FAMILIAR: INCENTIVO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO..... | 23 |
| 4.1 | PROGRAMAS DA MERENDA ESCOLAR (MDA): VENDA E PAGAMENTO DIFERENCIADOS PARA PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR | 25 |
| 4.2 | A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAPOTI- PR. | 26 |
| 5 | CAPÍTULO IV – METODOLOGIA..... | 29 |
| 6 | CAPÍTULO V – RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 32 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| | REFERÊNCIAS | 37 |
| | ANEXOS | 41 |

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem se desenvolvendo como um importante fator de fixação e retorno do homem ao campo, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida destes que trabalham no cultivo da terra e na agropecuária de pequeno porte, em pequenas propriedades rurais, bem como aos moradores das cidades próximas.

Verifica-se que discussão deste tema ganha notoriedade a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, cujas competências estão interligadas com as questões sociais como a reforma agrária, promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, entre outros. No contexto de evolução das Políticas Públicas o MDA apresenta-se como instituição governamental de essencial importância, desenvolvendo, entre outras o Plano Safra que abarca o PRONAF, referencial de crescimento e produtiva rural na agricultura familiar.

Em relação às questões econômicas, verifica-se que a agricultura familiar consiste em um dos fatores de crescimento econômico e como tal deve ser valorizada. Assim a elaboração desta pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão das políticas públicas que alicerçam a agricultura familiar, em vista de trazer possibilidade de melhor orientação ao pequeno produtor rural que busca as linhas de crédito disponíveis.

Ao buscar informações referentes ao tema desta pesquisa, verifica-se uma vasta possibilidade de acesso a diferentes fontes, o que possibilita um estudo abrangente e ao mesmo tempo passível de contextualização.

Verifica-se, ainda, um interesse acentuado, a partir dos anos 90, em estudar a temática relacionada, considerando a importância desta para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Assim inúmeros trabalhos foram publicados, a partir de então, os quais foram de grande importância para trazer maiores informações sobre o tema.

Esta pesquisa buscou amparo em alguns destes autores pela demonstração de proximidade e interação com a realidade local, sendo estes: Abramovay, R. e Veiga, J. E. (1999), cujo título “Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, apresenta uma discussão produtiva acerca das possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar sob a perspectiva das políticas públicas, como o PRONAF, bem

como a importância deste no contexto agrícola; Carneiro, M. J. (2000), que mostra o contexto mais atualizado da Agricultura do Brasil, a partir dos novos direcionamentos das políticas públicas, entre outros.

No desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se ainda a fundamentação legal das políticas públicas para a agricultura familiar, destacando-se as Leis: Lei Nº. 4.829/1965; Lei 11.326/2006 e outras, bem como o acesso aos sites governamentais com ênfase na pesquisa em dados oficiais e especialmente no que se refere ao Plano Safra – 2013/2014.

Ressalta-se ainda as contribuições das revistas Sober³ e Agroanalysis⁴, que trazem dados atuais e amplos sobre os principais pontos a serem considerados no aspecto do agro negócio, bem como a publicações artigos pertinentes aos temas relativos ao trabalho no campo.

Com o presente trabalho busca-se, como Objetivo Geral: Compreender as Políticas Públicas de Sustentação de Preço e Renda na Agricultura Familiar, como fator de desenvolvimento econômico, e como Objetivos Específicos:

- Verificar a disponibilidade dos recursos para a agricultura familiar a partir de análise do “Plano Safra – 2013/2014”;
- Compreender os conceitos referentes ao PRONAF;
- Verificar, *in loco*, as políticas de garantia de renda e preço a partir do programa de compra de itens da agricultura familiar para a merenda escolar, no município de Arapoti - Pr.

³ Revistas Sober. Disponível em: <<http://www.revistasober.org/pt/erevista.php>>. Acesso em: 16/11/2013.

⁴ Revista Agroanalysis. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/index.php>>. Acesso em: 15/11/2013.

2 CAPÍTULO I - POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA O AGRONEGÓCIO

2.1 POLÍTICAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

As políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da agricultura brasileira vem sendo discutidas, a partir de 1990, com a abertura para as possibilidades de participação social, representado por entidades legitimadas, no que se refere ao planejamento e debate das políticas sociais. Nesse contexto, verifica-se a criação de diferentes órgãos que se encontram entre os fatores que contribuíram para a ampliação da dimensão de discussão das políticas públicas na Agricultura, como:

- O Conselho do Agronegócio (Consagro - 1998): articulação entre o poder público e a iniciativa privada;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDs - 1999): desenvolvimento rural, a reforma agrária e a agricultura familiar;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA - 1999) Competências: Reforma Agrária, Promoção do Desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, entre outras;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf - 2003): cujo empenho teve como resultado a implantação da Lei da Agricultura Familiar (2006); a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2008); aprovação da “Política de Desenvolvimento do Brasil Rural” (2010), que se apresenta como referencial para as ações do MDA e “Plano Safra” da Agricultura Familiar.

Observa-se que a criação e desenvolvimento das Políticas Públicas referentes a agricultura familiar, no Brasil, foram se desenvolvendo no decorrer da participação da sociedade, ampliando o discurso e revelando as demandas específicas no tempo e no espaço geográfico, o que pode trazer diferentes interpretações dos diversos órgãos governamentais, que mesmo em situações de divergências contribuem para o desenvolvimento gerando possibilidades de crescimento, no contexto rural.

De acordo com Silvia A. Zimmermann (Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – UFRRJ):

A existência destes espaços tem garantido um importante diálogo entre poder público e sociedade, representando ganhos significativos para as políticas públicas para a agricultura, que deixaram de ser meras ações “de cima para baixo”. No entanto, estes espaços não possibilitam a reflexão sobre os projetos de desenvolvimento que engendram, os quais divergem claramente quanto a ocupação e uso da terra, reforma agrária e uso dos recursos ambientais. (Sílvia A. Zimmermann, **Participação social e as políticas públicas para a agricultura no Brasil** 15/01/2013)⁵.

Observa-se que, mesmo com divergências na conceituação e finalidade das políticas públicas, ocorreu grande desenvolvimento na área, o que vem a elevar o patamar da agricultura familiar e a reintegração do homem no campo, ao passo que este passa a ter novas possibilidades de investimento e custeio, favorecendo a aquisição de insumos e implementos, por meio de vasta linha de crédito, quer seja por meio do PRONAF, ou de outras formas, destacando-se as associações e cooperativas.

2.2 OS FUNDOS DE FINANCIAMENTO RURAL

O Crédito Rural foi instituído pela Lei 4.829/65, tendo como princípio a distribuição e aplicação de recursos por meio da política de desenvolvimento da produção rural do País, tendo em vista suprir as demandas por recursos financeiros de entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou suas cooperativas. Os objetivos do crédito rural encontram-se expostos no Art. 3º:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo. (LEI 4.829/65)

⁵ Zimmermann, S. A. **Participação social e as políticas públicas para a agricultura no Brasil**. 15/01/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniao/Participacao-social-e-as-politicas-publicas-para-a-agricultura-no-Brasil/27481> Acesso: 22/09/2013.

Verifica-se que a base legal para o crédito rural, vigente desde 1965, elenca objetivos de favorecimento à produção agrícola considerando a necessidade de amplos investimentos na área. Investimentos estes que, ao serem condicionados ao sistema de financiamento rural, estão sujeitos às regras que compõem o Manual de Crédito Rural (MCR).

Segundo informações disponíveis no site do BCB, em relação aos fundos de financiamento para o crédito rural estes podem ser controlados e não controlados, sendo que os controlados classificam-se em: recursos obrigatórios (depósitos à vista); operações oficiais de créditos (supervisão do Ministério da Fazenda); outras fontes destinadas ao crédito rural, na forma da regulação aplicável, quando sujeitas a subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros, inclusive os recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); oriundos da poupança rural quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios; os dos fundos constitucionais de financiamento regional; Fundos de defesa da economia cafeeira (Funcafé). Já os recursos não controlados se constituem dos demais recursos disponíveis⁶.

De acordo com Leite (2000, p.106):

(...) recentemente, a partir do início da década de 90, tem sido tentada uma série de novos mecanismos para viabilizar o financiamento do setor rural. Além das fontes anteriormente citadas, que incorporavam em grande medida recursos diretamente advindos do setor público, ou por ele alavancados, algumas iniciativas têm sido tomadas no sentido de levantar recursos junto ao setor privado.

Sendo assim constata-se que existe uma ampla rede de amparo ao crédito rural, tendo em vista que este é um investimento considerado de risco, pois depende de diversos fatores, entre eles as condições climáticas necessárias à produtividade, bem como o trabalho efetivamente aplicado.

Neste contexto Abramovay e Veiga, (1999, p. 45-46) afirmam que a política pública para a agricultura “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais”.

⁶ Manual do Crédito Rural. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALFQ>. Acesso em: 14/11/2013.

Sendo assim, destaca-se que as finalidades das políticas públicas para a agricultura familiar, vão além de simplesmente prover meios para que esta se desenvolva, bem como promover o desenvolvimento econômico alicerçado pelas relações de trabalho que decorrem da produtividade e inserção no mercado dos produtos oriundos da agricultura familiar.

3 CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO E CONTEXTO

A agricultura familiar é regida pela Lei 11.326 de 2006, cujo artigo 3º delibera:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Nesse sentido observa-se a existência de uma sólida base legal para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo esta protegida e incentivada por meio de políticas públicas com subsídios e financiamentos próprios.

Ressalta-se que esta dimensão da agropecuária se estabelece nas bases culturais de cada região, sendo que, a princípio, se configura como uma atividade de subsistência e vai se expandindo ao passo que a produtividade se torna excedente e passa a se constituir em uma fonte de renda para a família.

Outro ponto importante a ser considerado, se refere ao fato de que a Agricultura familiar se constitui em um dos meios de ocupação e geração de renda de todos os membros da família rural, incluindo o que pode ser considerado como jovem aprendiz rural (SENAR/PROJOVEM RURAL), abrangendo não apenas os agregados por laços familiares, mas sim por moradia no mesmo espaço geográfico, o que leva à possibilidade de encontrar, na agricultura familiar, diferentes constituições familiares, desde pequenos grupos afins por parentesco ou não até mesmo casais já aposentados, que coordenam as atividades exercidas por pessoas de sua confiança.

De acordo com Tedesco (2001, p. 11) “falar em agricultura familiar e, como consequência, utilizar a noção de unidade familiar de produção, consumo e convívio, é algo por demais difícil e polêmico”.

Assim as políticas públicas para a agricultura familiar devem apresentar interação com as ações relacionadas à demanda do pleno estabelecimento do homem no campo, num contexto que visa o incentivo à agricultura familiar, considerando ainda o viés da empregabilidade e permanência do homem no campo. Entretanto, Silva, (1999, p. 26), alerta que:

[...] a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda.

Observa-se a necessidade de que, não apenas a agricultura familiar seja incentivada, como também as possibilidades de financiamentos e outros incentivos à agropecuária de grande porte, o que também se constitui uma forma de manter o homem no campo, agregando valor ao mercado de trabalho, ao passo que demanda maior quantidade e diversidade de mão de obra.

Inerentes às possibilidades de retorno e permanência do homem no campo, configura-se a necessidade de oferecer a esta população uma educação de qualidade, que trabalhe os valores locais sem deixar de lado os requisitos necessários para a compreensão da realidade como tal, o que vínculo se entrelaça às questões de identidade e formação que contemple as demandas locais, sem que isso empobreça a construção do conhecimento amplo necessário para uma atuação coerente na sociedade.

Vale ressaltar que é possível obter, no contexto da agricultura familiar, acesso aos diferentes meios de interação tecnológica, o que vem mudando a dinâmica de ocupação da área rural.

Silva e Takagi (2004) refletem que essa intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, que facilita o acesso a bens e valores urbanos, aliado a fatores presentes no êxodo rural, como o desemprego e a crescente violência nos grandes centros urbanos, se mostram favoráveis à permanência do homem no campo, bem como o retorno ao seu local de origem.

Esta dinâmica da agricultura familiar, enquanto possibilidade de pleno desenvolvimento, não apenas econômico como também sócio político e cultural do indivíduo, eleva a possibilidade de opção pela permanência no campo, usufruindo das oportunidades de aprendizado e crescimento aliados à utilização de amplo

arcabouço tecnológico em prol de melhor utilização de sua propriedade, bem como da prestação de serviços especializados a outrem, no meio rural.

3.2 LINHAS DE CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Dentre as políticas públicas para a agricultura familiar encontram-se as possibilidades de utilização da linha de créditos para suprir recursos financeiros, viabilizando os empreendimentos agropecuários.

Das linhas de crédito disponibilizadas, disponíveis em diversas instituições financeiras, são beneficiários o produtor rural - pessoa física ou jurídica ou associações de produtores rurais, cooperativas de produtores rurais ou pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades agropecuárias. Sendo que tais recursos podem ser utilizados no custeio, investimento e comercialização da produção.

Segundo o MDA, para ter acesso aos programas voltados à agricultura familiar, o produtor rural deve seguir alguns passos, conforme figura 1:

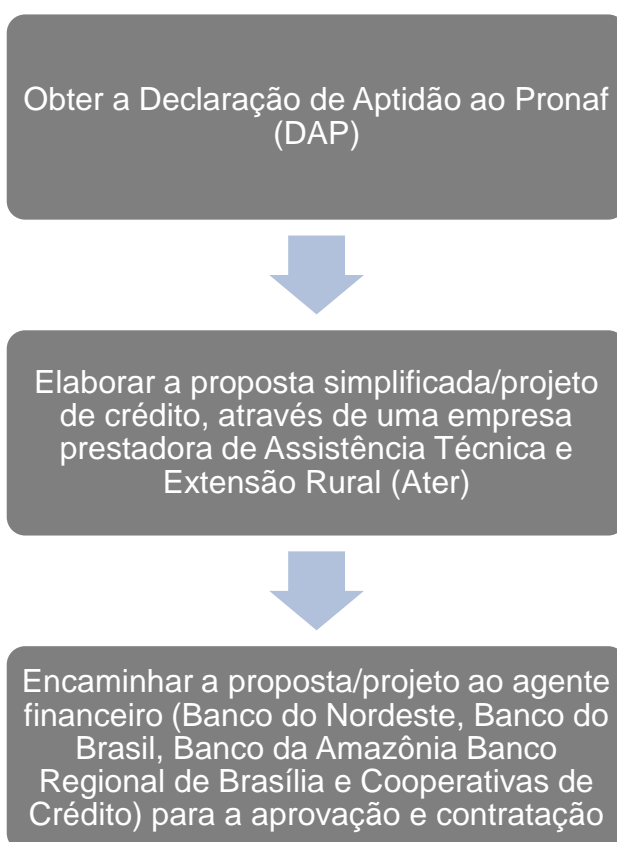


Figura 1: PASSOS PARA ACESSO AOS PROGRAMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR. Fonte de dados MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> Acesso em: 12/11/2013.

A DAP pode ser obtida gratuitamente, nos agentes credenciados pelo MDA, através dos parceiros como Sindicatos rurais ou escritórios da EMATER (Empresa de assistência técnica e extensão rural); a mesma DAP Pessoa física vale para a mulher, o agricultor e o jovem e a DAP Pessoa Jurídica identifica as formas associativas dos produtores rurais.

Nesse contexto o Pronaf consiste em um instituto que tem como finalidade estimular a geração de renda, aperfeiçoar a mão de obra familiar, pelo financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, que podem ser desenvolvidos no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

As linhas de créditos do Pronaf visam incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que se mostra capaz de atuar na agregação de valores à propriedade rural, no fortalecimento do setor rural. Estas consistem em:

- Pronaf Custeio
- Pronaf Mais Alimentos - Investimento
- Pronaf Agroindústria
- Pronaf Agroecologia
- Pronaf Eco
- Pronaf Floresta
- Pronaf Semiárido
- Pronaf Mulher
- Pronaf Jovem
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares
- Pronaf Cota-Parte
- Microcrédito Rural

De acordo com as orientações dispostas no sítio do MDA, todas as linhas de crédito, anteriormente citadas, podem ser disponibilizadas aos beneficiários do Pronaf, ou seja, às pessoas que possam ser enquadradas as exigências da DAP.

Observa-se ainda que o enquadramento dos beneficiários deve obedecer aos termos dispostos no Manual do Crédito Rural (MCR), conforme disposto no capítulo 10.2, Título: Crédito Rural: Beneficiários:

São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" válida, observado o que segue: (Res 4.107; Res 4.164 art 1º; Res 4.228 art 2º)⁷

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; (Res 4.228 art 2º)
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; (Res 4.107)
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res 4.107)
- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; (Res 4.228 art 2º)
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; (Res 4.228 art 2º)
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecede a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 4.228 art 2º)
- g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; (Res 4.107)
- h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cálculo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que tratam as alíneas "d" e "f" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento. (Res 4.164 art 1º)

Observa-se que as linhas de crédito do Pronaf abarcam uma vasta gama de beneficiários, possibilitando o acesso e a inserção do agricultor familiar, até o limite pré-estabelecido em cada linha, em diferentes linhas de crédito, de acordo com sua capacidade econômica.

⁷ MANUAL DO CREDITO RURAL. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR> Acesso em: 14/11/2-13.

3.3 A POLÍTICA DE PREÇO: GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

Buscando amparar, ainda mais, o pequeno produtor rural, encontram-se as políticas de garantia de preços, ou seja, garantia de renda mínima na comercialização dos produtos.

Neste campo encontra-se o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que tem como finalidade garantir às famílias agricultoras, beneficiárias das linhas de crédito do Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, a possibilidade de usufruir de desconto no pagamento do financiamento, na mesma proporção da diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto, se tratando de queda do preço do produto no mercado regional. Vale ressaltar que tal garantia se aplica no caso de culturas, anteriormente definidas, em resolução afim.

Estas políticas tem fundamento legal na Lei 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola, sendo que o Art. 33, § 2º e 3º prevê:

§ 2º A garantia de preços mínimos far-se-á através de financiamento da comercialização e da aquisição dos produtos agrícolas amparados.

§ 3º Os alimentos considerados básicos terão tratamento privilegiado para efeito de preço mínimo (Lei 8.171/1991).

Ao analisar este dispositivo legal, verifica-se a oportunidade de garantias oferecidas à agricultura familiar como elemento fortalecedor do crédito rural, acreditando na potencialidade desta com fator de desenvolvimento econômico. Essa valoração da agricultura familiar pode ser constatada em vista do arcabouço legal do PGPAF, que visam garantir a renda mínima ao pequeno produtor. De acordo com as afirmações do MDA⁸, esta garantia se fundamenta nos seguintes instrumentos:

Decreto nº 5.996, de 12/2006 - institui o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), cria o Comitê Gestor do PGPAF e define o papel do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resolução 3.346 de 29 de dezembro de 2006 - autoriza aos agentes financeiros a concessão de bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio do Pronaf contratados na safra 2006/2007 para as culturas de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e leite, sempre que o preço de comercialização dos produtos estiver abaixo do preço de garantia definido anualmente e define o

⁸MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pgpaf/8667477> Acesso em: 12/11/2013.

preço de garantia dos citados produtos para cada Região definidas pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Resolução 3.510 de 30 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a garantia de preços nos financiamentos de custeio de arroz, feijão, milho, mandioca, soja, leite, café, tomate, inhame, cará e castanha de caju, concedidos no âmbito do Pronaf.

Resolução 3.632 de 30 outubro de 2008 - Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para a safra 2008/2009.

Observa-se que, no contexto da agricultura familiar, estas garantias podem ser traduzidas em possibilidades de crescimento econômico, mesmo em época de queda do preço, considerando que o pagamento do financiamento abre possibilidades para a aquisição de novos créditos, quer seja para investimentos, ou custeio da nova safra.

3.4 PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – 2013/2014

Tendo como foco a maior e melhor produção de alimentos, gerando rentabilidade superior, além de elevar a produção de alimentos, com sustentabilidade, as políticas públicas para a agricultura familiar se estabelecem como meios efetivos de aquisição de recursos para novos investimentos ou custeio da safra, a partir de estratégias específicas de atendimento à demanda, cujas diretrizes são previamente estabelecidas, como no “Plano Safra”.

De acordo com a Agência Brasil (04/07/2012), o “Plano Safra 2012/2013”, elaborado pelo MDA, se constitui em um conjunto de políticas públicas de articulação do crescimento econômico com as novas possibilidades de organização e sustentabilidade da agricultura familiar.

Observa-se que o setor agropecuário específico da Agricultura familiar consiste em um dos segmentos essenciais para o desenvolvimento nacional, considerando que: “além de ser responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias, responde por 38% da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão de obra do campo”, de acordo com dados do MDA (Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013)⁹. Sendo que, no que se

⁹ Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/recursos>> Acesso em: 11/11/2013.

refere ao Plano Safra 2012/2013, o valor total de recursos disponíveis foi de R\$ 22,3 bilhões, distribuídos em diversos contextos como: ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural; do crédito; da cobertura de renda no seguro; de garantia de preços; de comercialização e de organização econômica, sendo que do montante dos recursos, R\$ 18 bilhões se destinavam à linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf.

Verifica-se que tais medidas se mostram de grande importância para que a agricultura familiar continue galgando novos patamares de desenvolvimento gerando o crescimento econômico como um todo, tendo em vista que as políticas públicas que possam sustentar e garantir o crescimento dos meios de produção contribui para a estabilidade econômica e social do país.

3.5 A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ

De acordo com dados oficiais do IBGE (2010) a agricultura familiar no Paraná:

- Representa 82% dos estabelecimentos rurais;
- Ocupa 28% da área;
- Ocupa 70% da mão de obra rural;
- Mão de obra (pessoas/100 ha): familiar (18,4) e não familiar (3,1)
- VBP anual (R\$/ha): familiar (R\$ 1.610) e não familiar (R\$ 821)

Ainda de acordo com Censo IBGE (2010), verifica-se que Arapoti-Pr possui de 25.855 Mil habitantes, e a Agropecuária representa parte significativa da economia do município, demonstrada através da tabela 1, onde estão inseridos os Agricultores familiares, representados pelo grande numero de pequenas propriedades localizadas no município.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)

| Variável | Arapoti | Paraná | Brasil |
|---------------------|---------|------------|---------------|
| Agropecuária | 132.494 | 9.371.924 | 105.163.000 |
| Indústria | 119.123 | 33.429.611 | 539.315.998 |
| Serviços | 237.850 | 68.022.406 | 1.197.774.001 |

FONTE: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Estes dados evidenciam um grande desenvolvimento sócio econômico da agricultura familiar, no que se refere a geração de renda e empregabilidade, mesmo se estabelecendo em uma área de abrangência menor, em relação ao percentual de ocupação do solo.

Em relação às políticas públicas para a agricultura familiar do Paraná, e de acordo com informações dos sites governamentais, destacam-se os investimentos do “Plano Safra” 2013/2014, que somam recursos no valor de R\$ 39 bilhões destinados para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, distribuídos entre as políticas estruturantes do MDA, como o Pronaf, para o qual destinou-se R\$ 21 bilhões, e outras programas.

Dessa forma verifica-se que o Estado do Paraná apresenta potencial superior de desenvolvimento, numa tradição de manutenção da agricultura familiar alavancada pelas diferentes culturas que compõem este povo.

Ademais, a agricultura, no Paraná, se mostra com elemento essencial para a manutenção do superávit econômico. De acordo com a Gleisi Hoffmann “A agricultura é fundamental, é o centro da economia paranaense e uma grande atividade econômica brasileira”. Afirmção esta que vem confirmar a necessidade de investir, cada vez mais, neste setor de base, e como tal promissor, que consiste na agricultura familiar.

4 CAPÍTULO III – AGRICULTURA FAMILIAR: INCENTIVO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A demanda crescente por melhores condições de vida e trabalho, com produtividade e lucro, num sistema capitalista que prima pela valorização da propriedade rentável, quer seja nos grandes centros como nos espaços rurais, vem traduzindo-se em fatores que geram o discurso social da valorização da agricultura familiar, especialmente no que se refere às políticas de incentivo à produção e a comercialização dos produtos.

Essas demandas trazem novos direcionamentos, pois a agricultura familiar vem necessitando, de acordo com Montoya (2001):

Por um lado, de um tratamento diferenciado para o agricultor familiar que objetive melhorar sua produtividade, a capacidade de agregar valor a seus produtos, de identificar nichos de mercado, capacidade de organizar-se associativamente, e, por outro, da capacidade de os governos implementarem instrumentos que permitam controlar o poder de mercado que os oligopólios dos fornecedores de insumos e dos processadores dos produtos detém (MONTTOYA, 2001, p. 215)

Nesse sentido acredita-se que a agricultura familiar não se consolida em seu crescimento e efetiva atuação no mercado, sem que ocorram as parcerias necessárias e a direta intervenção do poder público estatal, na oferta das condições para que esta se desenvolva, por meio das políticas públicas.

Em que pese à atuação do produtor rural, cuja tradição de vida simples e modesta no campo, se identifique com uma dinâmica própria de trabalho consumo, confirmando que,

Apesar da vinculação com o mercado e de sua preocupação com preços e lucro, o produtor familiar, não é, necessariamente, um capitalista, pois é proprietário da terra da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário (BRUMER, 2001, p. 226).

Verifica-se ainda que, o produtor rural vem tomando consciência da possibilidade de crescimento e necessidade de expansão dos seus negócios em vista de atender as necessidades emergentes de uma organização social, que reflete as novas demandas da sociedade, bem como as possibilidades de aplicação

dos recursos tecnológicos, ora disponíveis mesmo nas áreas rurais, numa “profissionalização” das ações realizadas, adotando estratégias diferenciadas, como:

Melhoria e eventual ampliação dos atuais sistemas de produção, implantando irrigação, estufas, higiene e apresentação dos produtos, métodos naturais de produção, controle ambiental, ou adoção de uma nova atividade agropecuária mais rentável (BRUMER, 2001, p. 228).

Dessa forma, observa-se que a relação de trabalho no âmbito da agricultura familiar vem evoluindo, de forma gradativa, porém efetivamente, estabelecendo-se como uma atividade econômica de base e como tal, constituindo valores e recursos de suma importância na balança comercial do país, sendo este um entendimento pacificado, especialmente no que se refere a posição dos órgãos governamentais.

De acordo com Resende (2005, p. 01), “O setor agrícola tem assumido um papel estratégico na atual fase da economia brasileira”. Dessa forma entende-se que a agricultura, não apenas se estabelece como possibilidade de crescimento econômico, como também uma demanda crescente de profissionalização e aplicabilidade de tecnologias e recursos.

Vale ressaltar que a agricultura familiar se apresenta como uma possibilidade viável, nesse processo, em vista de que atua, mesmo com racionalidade de recursos, sendo que: “A agricultura familiar é também, em geral, mais capaz de diversificar suas atividades [...] sem falar no fato de ostentar um menor custo de supervisão” (RESENDE, 2005, p. 08).

Sendo assim, no que esse refere a manutenção do trabalho, à agricultura familiar se aplica o conceito de atividade de trabalho subsistente, ou seja, que encontra possibilidades, em meio próprio, tendo em vista a participação de todos os entes da família rural na manutenção das atividades inerentes ao estabelecimento rural, em se firmar e manter o nível de produção.

Entretanto, o aumento de produtividade, bem como a colocação dos produtos no mercado, de forma facilitada e com garantias de preço, depende de políticas públicas que os viabilizem. Nesse sentido, evidencia-se a importância das políticas públicas de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar.

4.1 PROGRAMAS DA MERENDA ESCOLAR (MDA): VENDA E PAGAMENTO DIFERENCIADOS PARA PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No entendimento de que a agricultura familiar demanda possibilidades diferenciadas de inserção de seus produtos no mercado, programas governamentais de garantias de compras dos produtos, se mostram essenciais para o pleno desenvolvimento da agricultura familiar.

Neste contexto o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído pela Lei 10.696/2003, dentro das ações de estrutura do Programa Fome Zero, cujos objetivos visam garantir o preço mínimo e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a nível estrutural macro e com implicações nas políticas locais, vem sendo um dos balizadores das ações efetivadas em prol do aumento da produtividade na agricultura familiar, conforme afirmações da Presidente Dilma Rousseff, em entrevista no Programa Café com a Presidente, na data de 13/05/2013 (Anexo 1).

Analisando a fala da Presidente, verifica-se um grande empenho por parte dos órgãos governamentais, de forma continuada, em implantar, acompanhar e viabilizar, os programas que apresentam direta relação com as possibilidades de fomento à agricultura familiar.

Nesta esteira encontra-se a Lei 11.947/2009, que apresenta clara determinação da efetiva utilização de, no mínimo 30% dos recursos do FNDE, destinados à alimentação escolar, devem ser aplicados na compra de produtos oriundos da agricultura familiar, conforme disposto do Artigo 14, deste dispositivo.

A lei prevê ainda, a aquisição dos alimentos primeiramente em âmbito local, ou seja, dentro do próprio município da instituição escolar, sendo que, na ausência destes poderá ser subsidiário no fornecimento dos gêneros alimentícios, municípios vizinhos ou do mesmo Estado, ou da Federação, sendo esta diretriz fundamentada na Resolução nº 26 do conselho deliberativo do FNDE, o que vem a promover a articulação entre a economia local, as políticas públicas e o controle social.

O controle social deste programa se efetiva ao passo que as Entidades Executoras, que se constituem em secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, além de prefeituras, por meio das secretarias municipais ou caixa escolar, devem dar publicidade ao ato aquisição

dos produtos, publicar a lista de produtos que pretendem adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar.

De acordo com informações contidas em sites governamentais do Estado do Paraná,

Em novembro foi aberta a chamada pública para seleção de agricultores familiares que poderão fornecer alimentos para merenda escolar de 2014. Para o próximo ano, o valor destinado aos pequenos produtores será de R\$ 58 milhões, quase 20 vezes mais que o investido em 2010 e 81% superior ao valor de 2013.

Podem participar pequenos produtores paranaenses vinculados a cooperativas e a associações de agricultores familiares. Eles poderão fornecer frutas, sucos, hortaliças, leite, panificados, produtos de origem animal e os minimamente processados, como mel, doces, geleias, arroz, feijão, canjica, fubá, macarrão e molho de tomate. As inscrições podem ser feitas até as 17 horas de 27 de novembro de 2013.¹⁰

Nesse sentido constata-se o crescimento na produção da agricultura familiar, subsidiando pelas políticas públicas, o que pode apresentar ainda possibilidades de expansão dos negócios relativos à produtividade em campo, no âmbito das pequenas propriedades alavancado pela oferta de produtos excedentes a serem inseridos no mercado local.

4. 2 A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAPOTI- PR.

No Município de Arapoti a aquisição de produtos da agricultura familiar para Merenda Escolar, atendendo às exigências legais, ocorre por meio de Chamada Pública, em jornal de circulação local, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação.

De acordo com informações disponibilizadas pela responsável da Seção Suprimentos e Merenda Escolar do município de Arapoti-Pr, Senhora Enedina, a lista de alimentos a serem, adquiridos são elaboradas, por uma nutricionista,

¹⁰ EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013 – SEED/SUDE. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/edital0012013seedsude.pdf>> Acesso em: 16/11/2013.

prevendo o consumo de três porções de frutas, de hortaliças e de legumes por semana, no mínimo.

As chamadas públicas são realizadas no final do ano para prever a compra para o ano seguinte, ou ainda no início do ano letivo, com prazo fornecimento de 12 meses.

Em vista de suprir a demanda pela oferta de alimentos, mesmo em épocas de baixa na produção, são abertas possibilidades de cada fornecedor, ou grupo de fornecedores devidamente associados, participar da licitação oferecendo partes dos produtos solicitados, em vista de abarcar maior número de fornecedores e assim garantir o fornecimento durante todo o período.

A responsável relatou ainda, que no ano de 2012, contando com 3 fornecedores da agricultura familiar, o município atendeu a 2.700 alunos, com cardápio que incluía itens da agricultura familiar três dias por semana, com investimentos de cerca de R\$ 30.000,00. Já em 2013, a merenda escolar é oferecida para 3.000 alunos da rede municipal de ensino de Arapoti-Pr, em duas refeições completas, em caso de escolas situadas em bairros menos favorecidos, a oferta de legumes e hortaliças, bem como de frutas consta do cardápio, para ser oferecida, no mínimo três vezes por semana no mesmo molde do ano anterior, sendo a demanda suprida por cinco fornecedores, devidamente habilitados, com base na legislação Vigente, cujos investimentos se estabelecem em torno de R\$ 70.000,00 (Anexo 2).

Os preços praticados na oferta baseiam-se valor mínimo estabelecido na tabela de preços da Conab, com variações regionais, e substituição de alimentos por similares, e, vista da produção local.

Assim, verifica-se que, no município de Arapoti, a Agricultura familiar vem sendo valorada, de forma efetiva, no que se refere às exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar, garantindo inúmeros benefícios para os alunos, principalmente no que se refere às questões relativas à saúde, para os agricultores, bem como para o Município como um todo.

Destaca-se ainda, que em Arapoti, a Prefeitura implantou este ano o 'Manual de Boas Práticas' nas escolas do município, com intuito de oferecer uma alimentação mais saudável no ambiente escolar, segundo declaração da secretária de educação de Arapoti, Rosi Rogenski Ferreira, na matéria publicada no Jornal da Manhã edição de 15 e 16 de novembro. Ela diz ainda que a ação trouxe benefícios

para outros setores do município: “Consequentemente aumentamos a demanda recolhida pela agricultura familiar, entre frutas, verduras e leguminosas”, explica.

Este contexto evidencia que o trabalho conjunto, nos diferentes níveis governamentais, se mostra favorável na aplicabilidade das políticas públicas de sustentação de preço e renda na agricultura familiar, inseridos no PNAE e PAA.

5 CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta abordagem se caracteriza de forma qualitativa e embasa-se em uma pesquisa bibliográfica descritiva seguida da coleta de dados empíricos em campo, na busca de uma melhor compreensão e possibilidade de aplicabilidade do tema trabalhado.

A metodologia segundo Gerhardt e Souza (2009, p. 11) é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados, nas ciências, seu fundamento, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Sendo assim esta pesquisa seguiu uma linha ordenada de ações, realizadas com a rigorosidade científica que o método exige a fim de concluir dados com maior percentual de acertos, corroborando o discurso dos autores que mostram ainda que “[...] o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas [...]” (GERHARDT e SOUZA, 2009)

Assim, no entendimento de que a metodologia consiste no início da busca pelo saber, ou no caminho a ser trilhado para a organização das informações sobre aquilo que se pretende compreender, direcionando e dando forma ao conhecimento, realizou-se este trabalho, que busca, por meio de encaminhamentos específicos compreender as Políticas Públicas de Sustentação de Preço e Renda na Agricultura Familiar.

Para tal iniciou-se esta pesquisa que retrata “a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema” (BARROS, 2007, p. 81).

Optou-se pela pesquisa qualitativa que busca demonstrar os fatos sem ter como fator de demonstração dados estatísticos, ou seja, dados quantitativos utilizados para se medir algo ou dar suporte para uma teoria. Esse tipo de pesquisa, segundo Córdova e Silveira (2009, p. 31), “não se preocupa com a responsabilidade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Este trabalho, não tem a intenção de quantificar as ações decorrentes das Políticas Públicas de Sustentação de Preço e Renda na Agricultura Familiar, mas sim, compreendê-las no contexto da realidade estudada.

A Pesquisa Qualitativa, “explora uma metodologia predominantemente descritiva, deixando em segundos planos e modelos matemáticos e estatísticos”

(CASARIN, 2011, p. 32). Dessa forma a pesquisa qualitativa, na forma descritiva, faz uma correlação com tema proposto para estudo e as possibilidades de interpretar e descrever os fatos e fenômenos à luz dos conhecimentos construídos a partir das informações compiladas na Pesquisa Bibliográfica, que foi inicialmente desenvolvida para entendimento dos conceitos amparados por obras literárias específicas sobre o tema sendo denominada de pesquisa bibliográfica. Barros (2007, p. 85) aponta que a pesquisa bibliográfica se mostra efetiva na aquisição de conhecimentos necessários na compreensão do tema.

Realizaram-se ainda estudos exploratórios, representando, de acordo com Lakatos e Marconi (1995, p. 188) as investigações empíricas que contribuem para a formulação do problema, desenvolver hipóteses e promover a familiarização com o tema, onde a revisão de literatura se faz necessária num processo de compreensão do presente em vista do conhecimento do contexto histórico.

É possível afirmar que se trata de uma pesquisa de caráter Histórico Crítico, onde, de acordo com Lakatos e Marconi (1995, p. 198), realiza-se um processo investigativo que enfoca quatro aspectos: investigações, registro, análise e interpretações de fatos ocorridos.

Como campo de pesquisa delimitou-se o contexto do programa de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, no município de Arapoti-Pr, sendo que os sujeitos da pesquisa em questão consistem em pequenos produtores rurais que responderam questionário que, de acordo com Lakatos e Marconi (1995, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas”.

Dessa forma trabalhou-se, no processo investigativo desta pesquisa, com fontes primárias como livros e artigos que apresentavam ideias originais sobre o tema tratado; relatórios técnico-científicos e estatísticos que apresentam dados oficiais de órgãos governamentais, além de entrevistas com responsáveis pela aquisição de produtos para a merenda escolar e os pequenos produtores rurais fornecedores do Município de Arapoti, e, ainda fontes secundárias como legislação, Informações de sites governamentais, revistas, boletins e outros.

Em busca de verificar “*in loco*” como ocorrem as relações de produção, custeio e comercialização, no que se referem aos pequenos produtores rurais fornecedores dos produtos do programa da alimentação escolar no Município de Arapoti, realizou-se entrevista informal com os cinco fornecedores, que estão

forneendo atualmente os produtos para a merenda escolar, os quais se mostraram colaborativos e prontos a responder a todas as questões. Sendo utilizadas perguntas que se referem a buscar informações a respeito dos tópicos citados abaixo:

1. Mão de obra utilizada;
2. Formação familiar;
3. Propriedade rural;
4. Utilização do Pronaf;
5. Tipo de culturas;
6. Orientação técnica;
7. Rentabilidade;
8. Crescimento econômico;
9. Outros mercados;
10. Perspectivas.

Quanto ao tratamento dos dados coletados procedeu-se à ordenação, classificação e análise do material, a partir da qual se tornou possível iniciar a elaboração do trabalho escrito, e num processo descritivo, foi sendo incorporadas as informações de forma objetiva e dinâmica.

6 CAPÍTULO V – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a presente pesquisa efetuou-se o levantamento de informações acerca dos recursos disponibilizados através do Plano Safra da Agricultura Familiar, conforme o Quadro 1, a seguir:

| FINALIDADE | Safra 2012/2013 | Safra 2013/2014 |
|--|---|---|
| Crédito Pronaf | R\$ 18 bilhões | R\$ 21 bilhões |
| Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) | R\$ 542 milhões | R\$ 830 milhões |
| Garantia-Safra | R\$ 412 milhões | R\$ 980,3 milhões |
| Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) | R\$ 480 milhões | R\$ 400 milhões |
| Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) | R\$ 90 milhões | R\$ 33 milhões |
| Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) | R\$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar (MDA e MDS) | R\$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar (MDA e MDS) |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | R\$ 1,1 bilhão em compras da agricultura familiar (FNDE) | R\$ 1,1 bilhão em compras da agricultura familiar (FNDE) |
| Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) | R\$ 347 milhões | R\$ 200 milhões |

QUADRO 1: RECURSOS DISPONIBILIZADOS ATRAVÉS DO PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2012/2013 e 2013/2014. Fonte dos dados: PLANO SAFRA 2012/2013 E PLANO SAFRA 2013/2014.

O quadro acima evidencia a crescente disponibilização de recursos financeiros para as diversas linhas de crédito e apoio ao fortalecimento da agricultura familiar, e a afirmação citada na cartilha do plano safra 2013/2014 que diz: “Ao longo de dez safras, o programa teve aumento de recursos de mais de 400%. Na safra atual, dispõe de R\$ 21 bilhões para as linhas de crédito.” (PLANO SAFRA 2013/2014)

Quanto a significância da dimensão dos Agricultores familiares no município de Arapoti, nota-se que este numero é grande, evidenciado pelo numero de DAPs, na modalidade de Pessoa Física, como demonstra a Estatística de DAPs do

Município de Arapoti/PR, segundo o MDA¹¹, no item Emissão de Extrato de DAP Pessoa Física por município, sendo:

- DAP PF:

Total de DAP Ativas: 264

Total de DAP Desativadas: 261

Total de DAPs: 525

Ao consultar o Extrato de DAP Pessoa Jurídica não foi localizada nenhuma DAP para o município. Esta verificação mostra que os agricultores trabalham, em sua maioria, apenas em sua unidade familiar e/ou não formalizam suas formas associativas de trabalho.

Quanto aos produtos utilizados pelo programa da merenda escolar no município de Arapoti-Pr, a responsável pela alimentação escolar, Enedina, destacou os produtos listados abaixo, considerados produtos de cultura local, e cuja oferta vem ocorrer neste exercício, são:

- Legumes e outros: cenoura, chuchu, abobrinha, beterraba, pimentão, tomate, mandioca, bata doce, pepino, alho, mandioca salsa, berinjela, cebola, alho.
- Hortaliças: Couve, alface, chicória, escarola, almeirão, espinafre, brócolis, couve flor, feijão vagem, repolho e outras.
- Frutas: banana, laranja, maçã, ameixa, caqui, goiaba, limão, poukan, manga, pera, pêssego, mexerica e outras.
- Cereais: feijão.

Quanto à entrevista informal realizada com os produtores, evidencia-se que, no que se refere à questão 1, 80% dos entrevistados afirmaram que apenas os componentes do grupo familiar, consanguíneos ou por afinidade, atuam no plantio, no cultivo, na preparação dos produtos para a comercialização. Observa-se que 20% relataram que contam com pessoas, com as quais estabelecem relações de confiança, sendo que estes residem no estabelecimento agropecuário no qual atuam.

Esta constatação vem confirmar o que aponta Tedesco (2001) ao tratar das relações estabelecidas entre os pequenos proprietários rurais e pessoas que convivem e trabalham em comum união a estes, formando a “família rural”.

Na questão 2, ao serem questionados sobre a composição familiar, em vista de conhecer o nível de crescimento das famílias em área rural, verificou-se que 3

¹¹ Estatística de DAPs do município de Arapoti-PR. Disponível em: < <http://smmap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/Pesquisamunicipio.aspx> > acesso em: 16/11/2013.

dos entrevistados relataram que a família é composta de 5 pessoas, um dos entrevistados tem morando sob o mesmo teto apenas composta por afinidade, ou seja, esta é composta de três integrantes: o próprio produtor rural, a esposa e a sogra. O outro fornecedor trata-se de uma senhora, cujo cônjuge é aposentado, sendo um casal sem filhos, trabalha com agregados constituindo a sua família rural.

Observou-se ainda que, mesmo nas famílias em que se encontram jovens em idade acadêmica, estes não deixaram a agricultura familiar para buscar a escolarização, pois em vista da melhoria das condições econômicas da família, estes têm possibilidades de atuar no campo e dispor de transporte e acesso as faculdades do município ou município vizinho. Já outra família tem um jovem em regime de internato no colégio agrícola, que no final semana retorna para a casa e pode em prática as aulas teóricas que recebe.

Dessa forma verifica-se que o crescimento da agricultura familiar promove ainda o desenvolvimento social e econômico como um todo, confirmando o que ensina Silva (2004), ao mostrar que essa interação do homem do campo com as possibilidades urbanas, de escolarização apontam para o pleno desenvolvimento.

Na questão três constatou-se que um dos entrevistados, adquiriu a propriedade por meio de assentamento, em vista ter de passado por um processo de desapropriação de sua propriedade de origem, sendo assim recebeu subsídios para implementação da sua atividade rural, por meio de programas específicos. Outro entrevistado adquiriu a propriedade do terreno, no qual antes era arrendatário, e no qual laborava com sua esposa e três filhos, que mesmo emancipados residem na propriedade e auxiliam nas atividades desenvolvidas. Os outros entrevistados relataram que conseguiram a propriedade por meio de direito de sucessão, sendo que já tem uma história de vida no campo, da qual alguns ficaram afastados por algum tempo, se ocupando de atividades laborais industriais e/ou do comércio, no centro do município e retornaram ao encontrar condições mais favoráveis de produção e comercialização dos produtos.

Em geral a utilização da linha de créditos do Pronaf, todos declararam ser beneficiários, quer seja de no financiamento de custeio de culturas desenvolvidas, quer seja dos produtos vendidos o Programa da Alimentação Escolar como de investimentos para viabilizar a produção e comercialização destes.

Constatou-se ainda, no que se refere à questão referente aos tipos de cultura, esta se apresenta bem diversificada, contemplando os alimentos

contratados no programa da alimentação escolar, outras culturas de subsistência e produtos básicos da agricultura regional, como feijão e milho. Sendo que na orientação técnica para ao cultivo estes tem o apoio da Emater-Pr, além da atuação constante do sindicato, inclusive com a oferta de cursos relacionados à agricultura, de acordo com o interesse do produtor. Um dos produtores relatou ainda que dois filhos, de 14 e 17 anos, estão participando com curso “Jovem Aprendiz Rural” mantido pelo SENAR.

Quanto à rentabilidade do negócio agrícola envolvendo a comercialização de produtos para o Programa de Alimentação Escolar, alguns relataram que não possuem planejamento e acompanhamento financeiro, bem como planilhas demonstrativas, porém levam controlados os seus gastos e aplicações, bem como o pagamento de seus débitos junto a instituição financeira, no que se refere ao Pronaf.

Um dos pontos importantes observados, mostra que existe um crescimento real, pois ao passo que o agricultor produz além de suas necessidades em contrato, e o excedente é absorvido pelo comércio local e regional, gerando lucro além da receita esperada.

Encerrando a entrevista constata-se que as perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico é unanime entre os agricultores, que planejam ampliar a produção, otimizando o aproveitamento do espaço.

A realização desta pesquisa em campo trouxe a possibilidade de compreender a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e a implicação desta na geração de renda e crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa, cuja finalidade inicial consistia em compreender as Políticas Públicas de Sustentação de Preço e Renda na Agricultura Familiar, como fator de desenvolvimento econômico, trouxe conhecimentos ainda mais abrangentes, elencando possibilidade de aplicabilidade dos conceitos elucidados e dos conhecimentos adquiridos em relação à agricultura familiar e suas potencialidades.

O referencial teórico apresentado nesta pesquisa mostrou-se de suma importância na compreensão dos conceitos trabalhados, possibilitando a apropriação destes e a inter-relação com o contexto da realidade local, no que se refere à agricultura familiar pautada pelas políticas públicas de suporte desta.

Ao verificar a disponibilidade dos recursos para a agricultura familiar, a partir de análise do “Plano Safra – 2013/2014”, bem como dos planos anteriores, observa-se uma crescente evolução da oferta das linhas de crédito em várias modalidades, atingindo um número, cada vez maior, de beneficiários.

Em relação às questões referentes ao Pronaf, constata-se que este programa viabiliza as ações dos pequenos produtores, pois quando existem mecanismos de retorno, ou seja, a terra para plantar, o crédito disponibilizado para o custeio e investimento aliados ao acompanhamento técnico, o crescimento econômico advindo da produção, encontra possibilidades reais de efetivação.

Outra dimensão de suma importância nesta pesquisa ocorreu com a verificação, *in loco*, das políticas de garantia de renda e preço a partir do programa de compra de itens da agricultura familiar para a merenda escolar, no município de Arapoti - Pr.

Por meio do conhecimento dos resultados obtidos com as políticas públicas aplicadas em campo tornou-se possível compreender significativamente a construção social de todo o processo de desenvolvimento agrícola, a realidade vivenciada pelos pequenos agricultores e suas perspectivas em relação a um futuro promissor da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. In: **Texto para Discussão**, nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999.

AGRONEGÓCIO. Disponível em: http://www.bb.com.br/portalbb/page100,107,10841,9,1,1,2.bb?codigoNoticia=2259&codigoMenu=11629&codigoRet=11656&bread=1_2_4. Acesso em 16/11/2013.

Arapoti busca merenda escolar mais saudável - Matéria publicada no Jornal da Manhã, na edição de 15 e 16 de novembro. - <http://www.arapoti.pr.gov.br/index.php?link=noticia&&id=559>

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. – São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 11/11/2013.

BRASIL. Decreto nº 1946 de 28 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF.

_____. Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000. Regulamenta a Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

_____. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra.

_____. Lei 8171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola.

BRUMER, A. Qual a “Vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, Produção Familiar e Trabalho na Agricultura Gaúcha. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo fundo: UPF, 2001.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: Cam-panhola, C. e Graziano da Silva, J. (Eds) **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**, Jaguariúna: EMBRAPA, v. 4, 2000.

CASARIN, Helen de Castro Silva. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Ibpex, 2011.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CREDITO FUNDIÁRIO. Disponível em: creditofundiario@mda.gov.br. Acesso em 16/11/2013.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013 – SEED/SUDE. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/edital0012013seedsude.pdf>> Acesso em: 16/11/2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOVERNO FEDERAL LEVA AO PARANÁ PLANO SAFRA E MAQUINAS NO PAC2. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=13860244>. Acesso em 16/11/2013.

IBGE: CIDADES: PARANÁ: ARAPOTI. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410160&search=parana|arapoti>> Acesso em 16/11/2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEITE, C. A. M. Política agrícola para o setor rural em transição. In: SANTOS, M. L. dos; VIERIA, W da C. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa: Suprema, 2000.

MANUAL DO CREDITO RURAL. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR> Acesso em: 14/11/2-13.

_____. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALLFQ>. Acesso em: 14/11/2013.

MDA: EMISSÃO DE EXTRATO DE DAP PESSOA FÍSICA. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/PesquisaMunicipio.aspx>> Acesso em 16/11/2013.

_____. EMISSÃO DE EXTRATO DE DAP PESSOA JURÍDICA. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pj/ExtratoDAP/ExtratoDAP.aspx>> Acesso em 16/11/2013.

_____. Acesso ao Pronaf. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> Acesso em: 12/11/2013.

MONTOYA, M. A; GUILHOTO, J. M. Mudança Estrutural no Agronegócio Brasileiro e suas implicações na Agricultura Familiar. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo fundo: UPF, 2001.

PARTICIPACÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Participacao-social-e-as-politicas-publicas-para-a-agricultura-no-Brasil/27481>>. Acesso em 16/11/2013.

PLANO SAFRA 2013/2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra-2013/>> Acesso em:16/11/2013

PLANO SAFRA 2012/2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/plano-safra-xowiki/recursos](http://www.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/recursos)> Acesso em:16/11/2013.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2012/2013: R\$ 22,3 BILHÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR SAFRA 2012/2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/recursos>> Acesso em 11/11/2013.

REVISTAS SOBER. Disponível em:<<http://www.revistasober.org/pt/erevista.php>>. Acesso em: 16/11/2013.

REVISTA AGROANALYSIS. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/index.php>> Acesso em: 15/11/2013.

REZENDE, G. C. **Texto Para Discussão N° 1108: Políticas Trabalhista e Fundiária e seus Efeitos Adversos sobre o Emprego Agrícola, a Estrutura Agrária e o Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2005. SBS Ed. BNDES, Brasília–DF, 2005.

SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999.

SILVA, J. G. e Takagi, M. **Desenvolvimento territorial e controle social**. Seminário sobre Desarrollo Regional, Santiago, Chile, 2004.

TEDESCO, João C. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectiva**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1108. POLÍTICAS TRABALHISTA E FUNDIÁRIA E SEUS EFEITOS ADVERSOS SOBRE O EMPREGO AGRÍCOLA, A ESTRUTURA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1108.pdf> Acesso em 16/11/2013.

ZIMMERMANN, S. A. **Participação social e as políticas públicas para a agricultura no Brasil.** 15/01/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opinio/Participacao-social-e-as-politicas-publicas-para-a-agricultura-no-Brasil/27481> Acesso: 22/09/2013.

ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevista com a Presidente da República Federativa do Brasil.
13/05/2013

Com PAA, governo avança no apoio à agricultura familiar "Já compramos R\$ 2,25 bilhões de alimentos produzidos pela agricultura familiar e isso tem ajudado a gerar emprego, a gerar renda para os nossos trabalhadores no campo"

O governo federal vai aumentar o limite de compras de alimentos da agricultura familiar. Segundo a presidenta Dilma Rousseff, com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, em junho, os produtores rurais vão poder vender mais para o governo. No Café com a Presidenta de hoje, Dilma Rousseff lembrou que, em 2003, quando o Programa de Aquisição de Alimentos começou, o governo comprava até R\$ 2.500,00 de cada agricultor familiar por ano. Hoje, este limite já está em R\$ 4.800,00 e deve aumentar ainda mais a partir de junho.

Transcrição

Apresentador: Olá, você, em todo o Brasil, eu sou o Luciano Seixas e começa agora mais um Café com a Presidenta Dilma. Bom dia, presidenta!

Presidenta: Bom dia, Luciano! E bom dia para você que nos acompanha aqui no Café!

Apresentador: Presidenta, hoje, eu queria conversar com a senhora sobre um assunto muito importante: é o apoio que o governo tem dado para a agricultura familiar por meio da compra de alimentos.

Presidenta: É verdade, Luciano. O governo tem dado um grande apoio para a agricultura familiar. Já compramos R\$ 2,25 bilhões de alimentos produzidos pela agricultura familiar e isso tem ajudado a gerar emprego, a gerar renda para os nossos trabalhadores no campo e também alimenta muita gente que precisa pelo Brasil afora. Nós fazemos essas compras por meio de programas importantíssimos, dois programas: o primeiro deles, Luciano, chama-se PAA, que é Programa de Aquisição de Alimentos. Com ele, o governo compra diretamente dos agricultores familiares os alimentos que são fornecidos para creches, asilos, restaurantes populares e também para manter os estoques públicos da Conab. Na lista, nós temos de tudo, Luciano: leite, carnes, ovos, peixe, frutas, verduras, farinha, arroz e feijão. Ao todo, são 3 mil itens. Essa compra de alimentos é muito importante

também, Luciano, para as ações emergenciais, como a ajuda aos atingidos pela seca no Nordeste, que recebem doações de alimentos comprados pelo Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. O segundo programa de compra da agricultura familiar é o da merenda escolar. Não sei se você sabe, Luciano, que as prefeituras devem usar uma parte dos recursos que o governo federal repassa para a merenda escolar na compra de produtos da agricultura familiar. Isso é feito por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, que, além de beneficiar pequenos agricultores, garante produtos frescos, saudáveis e diversificados na merenda das nossas crianças.

Apresentador: Presidenta, fala um pouco mais sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

Presidenta: Olha, Luciano, o PAA tem sido uma ação muito importante e ele está crescendo ano a ano. Só no meu governo, o número de agricultores familiares atendidos cresceu 20% e hoje já chega a quase 200 mil agricultores familiares. Eles sabem que parte de sua produção tem comprador certo, e o mais importante, tem um preço justo. Além disso, Luciano, o Programa de Aquisição de Alimentos dinamiza a economia dos pequenos municípios do nosso país, porque os alimentos são comprados ali mesmo, do pequeno agricultor diretamente, valorizando a produção local. Olha só, somente com o PAA, o meu governo já comprou 830 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar. Isso significa um investimento de R\$ 1,75 bilhão. E os nossos investimentos no PAA vão continuar crescendo neste ano de 2013, com a compra de R\$ 1,4 bilhão em alimentos.

Apresentador: E o programa também estimula a organização desses pequenos produtores, não é, presidenta?

Presidenta: Para vender para o governo, os agricultores, normalmente, se organizam em cooperativas, buscam assistência técnica, investem em equipamentos e tecnologia, melhorando toda a sua produção. Com isso, eles ganham outros mercados além das compras do governo, o que aumentará a renda de todos. Olha só o que aconteceu, por exemplo, com os produtores rurais da região de Uauá, lá no sertão da Bahia. A história de sucesso da Cooperativa Coopercuc começou, Luciano, quando as agricultoras familiares de lá passaram a fazer doces e geleias das frutas típicas da região, como o umbu. No início, elas vendiam seus

produtos nas feiras das cidades vizinhas. Depois, Luciano, os cooperados começaram a vender também o que plantavam na roça: mandioca, feijão, abóbora, banana, beterraba, melancia e quiabo. Foi então que eles começaram a vender para o PAA e a fornecer alimentos para a merenda escolar. Com isso, a cooperativa cresceu, se modernizou. Juntos, os agricultores construíram pequenas fábricas para o beneficiamento dos produtos, e montaram uma central de armazenagem para os alimentos da merenda escolar. Hoje, Luciano, a Coopercuc já tem 242 cooperados e fornece produtos para a alimentação escolar das crianças, sabe, Luciano, de nove municípios da região. É sempre bom lembrar, Luciano, que, quando o PAA começou, lá em 2003, nós comprávamos até R\$ 2.500,00 de produtos por ano por cada um dos produtores. E, hoje, alcançamos a cifra de R\$ 4.800,00. E, seguramente, esta vai aumentar a partir de junho deste ano com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar.

Apresentador: Presidenta, explica para a gente como funciona essa compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

Presidenta: Luciano, as prefeituras utilizam recursos que o governo federal repassa para comprarem alimentos da agricultura familiar para a merenda das nossas crianças. Nos últimos dois anos, elas compraram em torno de R\$ 500 milhões em alimentos da agricultura familiar. O nosso desafio ainda é grande, Luciano, porque a lei prevê que as prefeituras comprem pelo menos 30% de produtos da merenda escolar. E, em vários estados, ainda não atingimos esses 30%, em outros já atingimos e até superamos 30%, como nas prefeituras de Teresina, no Piauí, de Serra, no Espírito Santo, a de Suzano, em São Paulo. Lá no Ceará, Luciano, a prefeitura de Juazeiro do Norte, por exemplo, usou quase 60% dos recursos da merenda escolar para comprar alimentos da agricultura familiar. Parabéns para a prefeitura de Juazeiro do Norte, não é, Luciano? Todas essas prefeituras que conseguiram esse feito, elas o fizeram porque encontraram boas soluções para aproximar os pequenos produtores das cozinhas das escolas. Por exemplo, muitas prefeituras estão se responsabilizando pelo transporte dos alimentos das propriedades rurais para as escolas. Isso tem feito uma imensa diferença, porque facilita muito a vida do agricultor e tira dele a responsabilidade de ter de contratar o frete. Por isso eu quero fazer um apelo aos nossos prefeitos e prefeitas, para que invistam nas compras da agricultura familiar. Assim, o prefeito ou a prefeita também

estará investindo no desenvolvimento de seu município, no desenvolvimento de sua região.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI

ESTADO DO PARANÁ
DIVISÃO DE LICITAÇÃO –
licitação@arapoti.pr.gov.br
RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO
CEP 84990-000 FONE (043) 3557-1388 RAMAL
231/257
CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

ENCONTRA-SE ABERTA NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI O SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO:
CHAMADA PÚBLICA Nº - 002/2013-PMA PROCESSO Nº - 012/2013-PMA

A ABERTURA DOS ENVELOPES DAR-SE-A NO DIA 13/03/2013, ÀS 14:00
HORAS.

OBJETO: CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI Nº. 11.947 DE 16/06/2009 E RESOLUÇÃO Nº. 38 DO FNDE DE 16/07/2009.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS APÓS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

PRAZO DE ENTREGA: 12 (DOZE) MESES

VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA: R\$ 68.265,80 (SESSENTA E OITO MIL DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL, PODERÃO SER OBTIDAS NO
TELEFONE CONTIDO NO CABEÇALHO DESTES DOCUMENTOS.